



Relatório da Administração

Menagem da Administração: Encerramos o ano-safra 2025/2026 com avanços importantes na operação agrícola, apesar de um ambiente ainda marcado por juros elevados e volatilidade nos preços das commodities e no câmbio. A Receita Líquida Operacional alcançou R\$ 891,7 milhões, crescimento de 2% em relação ao exercício anterior, enquanto o EBITDA Ajustado Operacional atingiu R\$ 97,3 milhões, avanço de 11%, com expansão de um ponto percentual na margem. Esse desempenho foi sustentado, principalmente pela evolução de soja e milho. A combinação de ganhos de produtividade e redução dos custos unitários elevou as margens brutas dessas culturas para 22% e 21%, respectivamente. Avanços operacionais também foram observados em outros segmentos, como a cana-de-açúcar, onde os custos de produção foram parcialmente compensados pela menor contribuição da cana-de-açúcar e do algodão e reforçados os resultados das iniciativas de eficiência operacional e disciplina de custos adotadas ao longo da safra. O resultado consolidado, por outro lado, refletiu a menor contribuição do segmento imobiliário em

comparação ao exercício anterior e o maior custo da dívida em um cenário de juros elevados. Encerramos o exercício com Prejuízo Líquido de R\$ 90,0 milhões e EBITDA Adjustado Total de R\$ 99,3 milhões. A diferença em relação a 2025 deve ser analisada também à luz da natureza do nosso modelo de negócios: a monetização das propriedades ocorre de forma seletiva e não linear entre os exercícios, à medida que identificamos oportunidades adequadas de captura de valor. No segmento imobiliário, mantivemos nossa estratégia de gestão ativa do portfólio. Durante o exercício, realizamos a venda de uma parcela da nossa carteira de hotéis, no Paraguai, por transação com uma perda líquida de 2,2% ao ano. Ao mesmo tempo, o valor de mercado das ações da nossa controladora subiu para R\$ 3,3 bilhões, o que, em função da aquisição de uma controladora, refletindo a continuidade do processo de desenvolvimento e valorização dos nossos ativos, para a safra 2025/2027, diante das perspectivas climáticas associadas ao El Niño e das condições esperadas para cada cultura e região, adaptamos uma postura ainda mais seletiva na definição do plano agrícola.

Pratizamos culturas e área com melhor relação risco-retorno. Mais do que ampliar a área cultivada, buscamos otimizar sua composição e a qualidade dos resultados da operação agrícola. Este exercício também marca os 20 anos da Brasília Agro. Nossa história foi construída atravessando diferentes ciclos de commodities, clima e condições macroeconômicas, sempre a partir de decisões que combinam visão de longo prazo, disciplina na alocação de capital e capacidade de adaptação. Ao longo dessas duas décadas, mais de 320 mil hectares passaram pelo nosso portfolio, mais de 150 mil hectares foram transferidos e preservados e mais de R\$ 2 bilhões de investimentos realizados em empreendimentos produtivos. Por trás de cada conquista, há pessoas e equipes que construíram a Brasília Agro, que somos hoje. Chegamos aos 20 anos reconhecendo a importância de todos que fizeram e fazem parte dessa trajetória e seguimos olhando para frente, com a mesma visão de longo prazo e o compromisso de continuar transformando decisões em valor. **André Guilaumon, CEO Brasília Agro**

Balço Patrimoniais - Exercícios Findos em 30 de Junho (Em milhares de reais)											
Ativo	Nota	Controladora		Consolidado		Passivo e patrimônio líquido	Nota	Controladora		Consolidado	
		2026	2025	2026	2025			2026	2025		
Circulante						Circulante					
Caixa e equivalentes de caixa	6.1	103.354	30.400	168.499	142.908	Contas a pagar e outras obrigações	16	61.187	98.849	110.115	176.029
Títulos e valores mobiliários	6.2	-	-	16.353	16.908	Empréstimos, financiamentos e debêntures	17	264.320	154.532	475.018	355.841
Operações com derivativos	7	15.163	29.609	15.163	29.609	Obrigações trabalhistas	16	16.167	16.101	22.486	21.481
Contas a receber e outros créditos	8	78.837	117.748	341.808	429.465	Operações com derivativos	7	9.456	15.402	9.456	15.492
Estoques	9	217.722	240.777	272.257	293.518	Aquisições a pagar	19	6.895	5.777	6.895	7.082
Ativos biológicos	10	127.176	127.587	277.274	265.440	Arrendamentos a pagar e obrigações correlatas	15	111.324	114.341	83.613	82.330
Partes relacionadas	30	-	100.123	-	-			469.349	405.002	707.583	658.255
		542.252	646.244	1.091.354	1.177.848	Não circulante					
Não circulante						Contas a pagar e outras obrigações	16	-	-	23.882	46.819
Títulos e valores mobiliários	6.2	8.322	-	18.394	-	Empréstimos, financiamentos e debêntures	17	431.023	502.165	549.282	529.678
Operações com derivativos	7	21.123	10.973	21.123	10.973	Operações com derivativos	7	18.636	16.073	19.618	17.632
Contas a receber e outros créditos	8	75.105	49.214	472.337	603.843	Tributos diferidos	18.1	-	-	32.321	36.880
Ativos biológicos	10	13.767	32.345	13.767	32.345	Perdas com investimento	12	-	2.276	-	-
Tributos diferidos	18.1	178.107	122.480	229.292	166.145	Partes relacionadas	30	3.359	3.450	10.226	8.401
Propriedades para investimento	11	299.558	310.541	1.337.422	1.323.834	Aquisições a pagar	19	11.184	17.363	11.184	17.363
Partes relacionadas	30	19.050	3.646	3.293	2.822	Arrendamentos a pagar e obrigações correlatas	15	270.685	294.571	323.952	343.454
Investimentos	12	1.670.561	1.820.066	1.324	1.335	Provisão para demandas judiciais	28	2.736	772	3.571	792
Imobilizado	13	150.135	115.624	277.967	232.669			737.623	836.670	973.946	1.001.019
Intangível	14	4.974	5.047	5.021	5.095	Total do passivo		1.206.972	1.241.672	1.681.529	1.659.274
Direitos de uso		249.327	303.220	235.544	280.093	Patrimônio líquido					
		2.690.029	2.773.156	2.615.484	2.659.154	Capital social	20.a	1.587.988	1.587.988	1.587.988	1.587.988
Total do ativo		3.232.281	3.419.400	3.706.838	3.837.002	Gastos com emissão de ações	20.b	(11.343)	(11.343)	(11.343)	(11.343)
						Reserva de capital	20.b	(6.475)	(8.193)	(6.475)	(8.193)
						Ações em tesouraria	20.f	(43.648)	(43.648)	(43.648)	(43.648)
						Reservas de lucro		379.771	499.780	379.771	499.780
						Dividendos adicionais propostos	20.d	30.000	42.220	30.000	42.220
						Ajuste de avaliação patrimonial	20.e	-89.016	110.924	-89.016	110.924
						Total do patrimônio líquido		2.025.309	2.177.728	2.025.309	2.177.728
						Total do passivo e patrimônio líquido		3.232.281	3.419.400	3.706.838	3.837.002

Demonstrações do Resultado - Exercícios Findos em 30 de Junho (Em milhares de reais)

	Nota	Controladora		Consolidado	
		2026	2025	2026	2025
Receita líquida	22.a	571.802	526.144	891.652	877.443
Ganho com venda de fazenda	22.b	-	-	2.078	180.086
Movimentação de valor justo de ativos biológicos e produtos agrícolas	10.e	31.905	71.124	32.080	122.671
Custo das vendas	23	(556.362)	(530.752)	(828.422)	(833.910)
Provisão do valor recuperável de produtos agrícolas, líquida	9.1	(1.551)	(7.236)	(1.074)	(8.069)
Lucro bruto		45.794	59.280	96.314	338.221
Despesas com vendas	23	(56.686)	(43.671)	(72.546)	(59.512)
Despesas gerais e administrativas	23	(55.389)	(54.260)	(67.953)	(67.488)
Outras despesas operacionais, líquidas	25	(6.650)	(7.259)	(8.732)	(4.753)
Equivalência patrimonial	12.a	35.112	237.880	-	-
Resultado operacional		(37.819)	191.970	(52.917)	206.648
Equivalência patrimonial	12.a	-	-	(7)	(1.424)
Lucro (prejuízo) antes do resultado financeiro e impostos		(37.819)	191.970	(52.924)	205.044
Receitas financeiras	26	172.354	209.874	496.200	337.510
Despesas financeiras	26	(280.171)	(308.923)	(590.288)	(477.906)
Lucro (prejuízo) antes do imposto de renda e da contribuição social		(145.636)	92.921	(147.302)	124.648
Imposto de renda e contribuição social	18.2	55.627	45.098	57.293	13.371
Lucro líquido (prejuízo) do exercício		(90.009)	138.019	(90.009)	138.019
Lucro (prejuízo) básico por ação - em reais	27	(0,9036)	1,3855	(0,9036)	1,3855
Lucro (prejuízo) diluído por ação - em reais	27	(0,9036)	1,3780	(0,9036)	1,3780
As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras individuais e consolidadas.					

Demonstrações do Resultado Abrangente - Exercícios Findos em 30 de Junho (Em milhares de reais)

	Nota	Controladora e Consolidado	
		2026	2025
Lucro líquido (prejuízo) do exercício		(90.009)	138.019
Efeito na conversão de investimentos no exterior	20.e	(21.908)	(7.463)

Demonstrações das Mutações do Patrimônio Líquido - Exercícios Findos em 30 de Junho (Em milhares de reais)												Total do resultado abrangente		(111.917)		130.556		
	Capital social	Gastos com emissão de ações	Ágio na emissão de ações	Reserva de capital		Reservas de lucro			Dividendos adicionais propostos	Resultados abrangentes	Prejuízo/ Lucros acumulados	Total do patrimônio líquido	Demonstrações dos Fluxos de Caixa - Exercícios Findos em 30 de Junho (Em milhares de reais)					
				Pagamento baseado em ações	Transações de capital entre sócios	Ações em tesouraria	Reserva legal	Reserva de investimento e expansão					Nota	Controladora 2026	Controladora 2025	Consolidado 2026	Consolidado 2025	
Saldo em 30 de junho de 2024	1.587.988	(11.343)	1.622	(176)	(11.031)	(43.648)	98.192	338.569	101.119	118.387	-	2.179.679						
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	138.019	138.019						
Pagamento de dividendos adicionais	-	-	-	-	-	-	-	-	(101.119)	-	(138.019)	(101.119)						
Dividendos adicionais	-	-	-	-	-	-	-	-	42.220	-	(42.220)	-						
Dividendos mínimos obrigatórios	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	(42.220)	-						
Constituição de reserva legal	-	-	-	-	-	-	6.901	-	-	-	(6.901)	-						
Constituição de reserva de investimento e expansão	-	-	-	-	-	-	-	56.118	-	-	(56.118)	-						
Plano de remuneração em ações	-	-	-	1.392	-	-	-	-	-	-	-	1.392						
Efeito na conversão de investimentos no exterior	-	-	-	-	-	-	-	-	-	(7.463)	-	-						
Saldo em 30 de junho de 2025	1.587.988	(11.343)	1.622	1.216	(11.031)	(43.648)	105.093	394.687	42.220	110.924	-	2.177.728						
Saldo em 30 de junho de 2025	1.587.988	(11.343)	1.622	1.216	(11.031)	(43.648)	105.093	394.687	42.220	110.924	-	2.177.728						
Prejuízo líquido do exercício	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	(90.009)	(90.009)						
Pagamento de dividendos adicionais	-	-	-	-	-	-	-	-	(42.220)	-	-	(42.220)						
Desbloqueio de ações em acordo de combinação de negócios	-	-	-	610	-	-	-	-	-	-	-	610						
Dividendos adicionais	-	-	-	-	-	-	-	(30.000)	-	30.000	-	-						
Plano de remuneração em ações	-	-	-	-	1.108	-	-	-	-	-	-	1.108						
Absorção de prejuízo por reserva de investimento e expansão	-	-	-	-	-	-	-	(90.009)	-	-	-	-						
Efeito na conversão de investimentos no exterior	-	-	-	-	-	-	-	-	-	(21.908)	-	(21.908)						
Saldo em 30 de junho de 2026	1.587.988	(11.343)	2.232	2.324	(11.031)	(43.648)	105.093	274.678	30.000	89.016	-	2.025.309						
As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras individuais e consolidadas.																		

Demonstrações dos Valores Adicionados - Exercícios Findos em 30 de Junho (Em milhares de reais)								Resultado na baixa de arrendamento					
Controladora		Consolidado		Controladora		Consolidado							
2026	2025	2026	2025	2026	2025	2026	2025	(304)	(43)	(529)	(144)		
								(30.634)	(89.761)	7.247	(67.036)		
Receitas				Valor adicionado total a distribuir				Variação nos ativos e passivos					
Receita operacional bruta	587.378	538.476	922.216	901.730	222.870 491.009 576.543 668.211				Contas a receber	38.225	(23.538)	46.773	(35.896)
Ganho com venda de fazenda	-	-	2.078	180.086	Distribuição do valor adicionado				Estoque	(47.350)	(113.342)	(55.833)	(137.377)
Movimentação de valor justo de ativos biológicos e produtos agrícolas	31.905	71.124	32.080	122.671	Pessoal e encargos				Ativos biológicos	111.246	132.058	88.427	133.289
Provisão do valor recuperável de produtos agrícolas, líquida	(1.551)	(7.236)	(1.074)	(8.069)	Remuneração direta				Impostos a recuperar	(27.335)	(6.898)	56.611	(10.418)
Outras despesas	(6.650)	(7.259)	(8.732)	(4.753)	Benefícios				Operações com derivativos	1.484	7.667	1.484	7.667
(Provisão) reversão de perdas esperadas com recebíveis	-	-	(7)	203	FGTS				Outros créditos	2.130	9.182	8.226	11.027
Insumos adquiridos de terceiros	(550.726)	(514.191)	(786.671)	(784.790)	Impostos, taxas e contribuições				Fornecedores	(14.697)	11.366	(12.520)	4.619
Custo das vendas	(468.735)	(456.462)	(682.677)	(707.853)	(46.110) (28.486) (33.793) 19.338				Partes relacionadas	84.628	(94.067)	2.904	(169)
Materiais, energia, serviços de terceiros e outros	(81.991)	(57.729)	(103.994)	(76.937)	Federais (Inclui IRPJ e CSLL diferidos)				Tributos a pagar	(1.509)	(923)	(2.470)	14.015
Valor adicionado bruto	60.356	80.914	159.890	407.078	Estaduais				Obrigações trabalhistas	66	1.206	1.067	812
Depreciação e amortização	(44.952)	(37.659)	(79.540)	(74.953)	Municipais				Adiantamento de clientes	19.672	(13.308)	17.059	(17.516)
Valor adicionado líquido produzido pela Companhia	15.404	43.255	80.350	332.125	Financiadores				Arrendamentos a pagar	(35.542)	(6.628)	(12.840)	(8.937)
Valor adicionado recebido em transferência	207.466	447.754	496.193	336.086	Despesas financeiras (i)				Outras obrigações	(6.130)	(8.298)	(9.643)	(5.677)
Equivalência patrimonial	35.112	237.880	(7)	(1.424)	Aluguéis				Pagamentos de demandas judiciais	28	(48)	(120)	(238)
Receitas financeiras	172.354	209.874	496.200	337.510	Remuneração do capital próprio				Recebimentos de vendas de fazendas	-	-	179.273	269.802
					(90.009) 138.019 (90.009) 138.019				Adições às propriedades para investimento (i)	(40.036)	(61.789)	(55.398)	(67.772)
					Lucro líquido (prejuízo) do exercício retido				Aquisições de fazendas	-	-	-	(4.852)
					(90.009) 138.019 (90.009) 138.019				Caixa gerado pelas (aplicado nas) atividades operacionais	54.170 (286.193) 147.025 85.343			
					(i) Os tributos sobre receita financeira estão apresentados na rubrica "Federais".								
As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras individuais e consolidadas.													

Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras - 30 de Junho de 2026 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)									
1. Informações gerais: A BrasilAgro - Companhia Brasileira de Propriedades Agrícolas ("BrasilAgro"), ("Companhia") ou ("Controladora"), foi constituída em 23 de setembro de 2005 e possui sede na Avenida Reboucas, 2942, em São Paulo e filiais no Brasil nos estados da Bahia, Goiás, Mato Grosso, Minas Gerais, Maranhão, Piauí, Tocantins e São Paulo, assim como no Paraguai e Bolívia. A Companhia é controladora direta e indireta de empresas de capital fechado e tem como objeto social: (i) a exploração, importação e exportação de atividades e insumos agrícolas, pecuárias e florestal; (ii) compra, venda e locação de imóveis rurais/urbanos; e (iii) intermediação de natureza imobiliária de quaisquer tipos e administração de bens próprios e de terceiros. A Companhia e suas subsidiárias ("Grupo") operam em 21 fazendas com área total de 257.141 hectares (249,846 hectares em 30 de junho de 2025), sendo 187.056 hectares próprios e 70.085 hectares arrendados (173.253 hectares próprios e 76.593 hectares arrendados em 30 de junho de 2025). Em 30 de junho de 2026 e de 2025, são 18 (dezoito) fazendas no Brasil distribuídas em 6 estados, 1 (uma) fazenda no Paraguai e 2 (duas) fazendas na Bolívia.									
2. Principais eventos ocorridos: 2.1 Vendas de fazendas: 2.1.1 Venda de fazendas realizadas no exercício anterior: <u>Fazenda Rio do Meio II:</u> Em 30 de setembro de 2024 a subsidiária Agrifirma Bahia Agropecuária Ltda., transferiu aos compradores 190 hectares (178 hectares úteis) referente à venda da Fazenda Rio do Meio II, propriedade rural localizada no município de Correntina-Bahia. O valor a ser pago foi definido em 54.053 sacas de soja, equivalentes a R\$ 7.128 na data da transação e pago durante o exercício. Em 23 de maio de 2025, foram transferidos 660 hectares (243 hectares úteis) da mesma propriedade no valor de 75.454 sacas de soja, equivalentes a R\$ 10.064 na data da transação e será pago em parcelas anuais, com vencimentos em 31 de julho de 2027 a 2028. O Contrato de Compra e Venda foi celebrado em 08 de novembro de 2022 e estabeleceu um cronograma de transferência de posse em quatro fases. A transação realizada em 23 de maio de 2025 corresponde à quarta e última fase desse cronograma. <u>Alto Taquari IV:</u> Em 26 de setembro de 2024 a subsidiária Imobiliária Mogno, transferiu aos seus compradores o saldo remanescente de 1.157 hectares úteis sobre a venda da Fazenda Alto Taquari, propriedade rural localizada nos municípios de Alto Taquari e Araputanga - Mato Grosso, o valor a ser pago foi definido em 1.272.274 sacas de soja, equivalentes a R\$ 189.401 na data da transação e será pago em seis parcelas fixas anuais, com vencimentos em 31 de maio de 2025									
realizada no exercício anterior: <u>Aquisição Companhia Agrícola Nova Horizonte:</u> Em 06 de agosto de 2024, a subsidiária Agrifirma Agro Ltda. adquiriu 100% das ações da Nova Horizonte Agrícola Ltda., assumindo seu controle integral. A aquisição teve como objetivo ampliar a atuação da Companhia no setor agrícola, por meio da incorporação de operações de produção de grãos no estado do Mato Grosso, incluindo contrato de arrendamento de 4.767 hectares com prazo de 16 anos. O valor da contraprestação foi de R\$ 6.157, dos quais R\$ 4.852 foram pagos à vista. O saldo remanescente de R\$ 1.305, existente em 30 de junho de 2025 e vinculado à restituição de créditos tributários adquiridos na transação, foi integralmente liquidado durante o exercício corrente, não havendo saldo a pagar em 30 de junho de 2026. Após a conclusão da alocação do preço de compra, foi reconhecido ganho por compra vantajosa de R\$ 348, correspondente à diferença entre a contraprestação transferida e os ativos líquidos adquiridos a valor justo, em conformidade com o CPC 15 (R) / IFRS 3. Não houve alterações relevantes nas premissas ou valores reconhecidos após a conclusão da mensuração da aquisição.									
2.4 Riscos atrelados às mudanças climáticas: A Companhia está exposta a riscos decorrentes de mudanças climáticas, os quais podem afetar o desempenho de suas operações agrícolas, a produtividade das culturas, os custos operacionais, a cadeia de suprimentos, a valorização de seus ativos e determinadas estimativas contábeis. Esses riscos incluem, entre outros, a ocorrência de eventos climáticos adversos ou extremos, tais como períodos prolongados de estiagem, excesso de precipitação, geadas, ondas de calor e variações atípicas de temperatura, que podem impactar o desenvolvimento das lavouras, a qualidade dos produtos, o cronograma das operações agrícolas e os custos de produção. Ao longo do exercício, o cenário climático foi marcado pela transição dos efeitos residuais de um evento de La Niña para condições predominantemente neutras do fenômeno El Niño. Esse padrão climático pode resultar em maior previsibilidade nas ocorrências de chuva e variações de temperaturas, embora com heterogeneidade entre as regiões produtoras, com efeitos distintos sobre culturas e ciclos produtivos. As operações da Companhia no Brasil, Paraguai e Bolívia estão sujeitas a essas variações climáticas regionais, podendo demandar ajustes operacionais e influenciar estimativas e julgamentos contábeis, incluindo, mas não se limitando a mensuração do valor justo de ativos biológicos, avaliação de recuperabilidade de ativos, a análise de perdas em estoques, as estimativas									
Imposto de renda e contribuição social pagos									
Caixa líquido gerado pelas (aplicado nas) atividades operacionais									
Fluxos de caixa das atividades de investimento									
Adições ao imobilizado e intangível									
Resgate em títulos e valores mobiliários, líquido									
Dividendos recebidos									
Redução (aumento) de investimento e participações									
Caixa adquirido em combinações de negócios									
atividades de investimento									
Fluxos de caixas das atividades de financiamento									
Empréstimos, financiamentos e debêntures captados									
Juros pagos de empréstimos, financiamentos e debêntures									
Pagamentos de empréstimos, financiamentos e debêntures									
Dividendos pagos									
Caixa líquido aplicado nas atividades de financiamento									
Aumento (redução) do caixa e equivalentes de caixa									
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício									
Efeito da variação cambial nas disponibilidades									
Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício									
A Companhia apresenta suas demonstrações dos fluxos de caixa pelo método indireto, o que implica que algumas transações envolvendo ativos e passivos não afetam o caixa. (i) A rescisão do contrato de venda da Fazenda Rio do Meio I envolveu transferências entre clientes e propriedades para investimento no montante de R\$ 47.133 que não afetaram caixa.									
As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras individuais e consolidadas.									

2029. **Fazenda Preferência:** Em 30 de junho de 2025, a Subsidiária Imobiliária Cajueiro, celebrou o contrato de venda de 17.799 hectares (12.413 hectares úteis) da Fazenda Preferência, propriedade localizada no município de Baião/Paraná - Bahia. O valor a ser pago foi definido em 452.342 arrobas de milho equivalentes a R\$ 140.000 na data da transação. Em 30 de junho de 2025, o comprador efetuou o sinal no valor de R\$ 2.000 e em julho de 2025 o comprador efetuou o pagamento da primeira parcela no valor de R\$ 40.000 equivalentes a 135.703 arrobas de milho. O saldo remanescente da primeira parcela de 17.799 hectares é de 52.733 arrobas, com vencimentos em 30 de junho de 2026 e 2027 e 2029. **2.1.2 Venda de fazendas realizadas no exercício em andamento:** **Fazenda Marangatú II:** Em 7 de março de 2026, a subsidiária Agropecuária Moroti S.A. celebrou o contrato de venda de 921 hectares (502 hectares úteis) da Fazenda Marangatú ("Marangatú II"), propriedade localizada no município de Marical Estigarriba, Boquerón - Paraguai, no montante de US\$1.492 mil (US\$ 3 mil por hectare útil). Do valor total da transação, US\$ 590 mil, equivalentes a R\$ 3.059 na data do balanço, referem-se à venda de 372 hectares (201 hectares úteis), cujos critérios de reconhecimento contábil foram atendidos nas informações trimestrais individuais e consolidadas de 31 de março de 2026. Na data da operação, o comprador efetuou o pagamento à vista de US\$ 301 mil, equivalentes a R\$ 1.583 na data do balanço, e o saldo remanescente desta operação será pago em parcelas anuais, com vencimentos entre fevereiro de 2027 e 2029. A parcela adicional da transação refere-se à venda de 549 hectares (301 hectares úteis), pelo valor de US\$ 903 mil, e está sujeita ao cumprimento de determinadas condições suspensivas. Desta forma, seus efeitos não foram reconhecidos nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas de 30 de junho de 2026, a serem reconhecidos contabilmente quando atendidos os critérios aplicáveis. **2.2 Aspectos de performance:** Uma parte da receita da Companhia é originada das vendas de *commodities* para clientes locais, no contexto de um mercado global que depende de uma extensa cadeia de logística e suprimentos, incluindo portos, centros de distribuição e fornecedores. Em relação aos produtos agrícolas, fator que merece destaque é a forte demanda por exportações, fator relevante para a formação de preços e para a estratégia comercial da Companhia. No que se refere à cadeia logística, existe uma preocupação com relação ao comportamento dos preços de frete, pois a volatilidade dos preços do frete pode impactar diretamente a rentabilidade e o escoamento da produção. Não foram identificadas, no período, rupturas relevantes nas operações e logística de exportação, tampouco nas operações de recebimento de insumos, os quais já se encontram, em grande parte, adquiridos e vêm sendo entregues conforme a calendarização necessária para o uso. A respeito dos compromissos de venda para clientes, a Companhia não identificou alterações relevantes em sua composição ou em seu cumprimento, considerando a forma como as negociações são realizadas e a seleção de parceiros comerciais. Até o momento, não foram identificadas questões relevantes relacionadas a estes compromissos. A liquidez de curto e longo prazo permanece preservada e eventuais alterações em embarques e recebimentos vêm sendo acompanhadas, sem impacto relevante identificado na posição financeira da Companhia. A BrasilAgro não identificou riscos relevantes em relação à sua capacidade de continuar operando e que impactassem as demonstrações financeiras individuais e consolidadas em 30 de junho de 2026. **2.3 Combinação de negócios**

de produtividade e reconhecimento de ativos fiscais diferidos. A Companhia mantém processos contínuos de monitoramento das condições climáticas e de seus potenciais impactos sobre as operações e estimativas contábeis, considerando informações técnicas, históricas e prospectivas disponíveis à data de elaboração das demonstrações financeiras. Até o momento, não foram identificados efeitos que demandassem revisões relevantes nas principais premissas utilizadas. Para o próximo exercício, a Companhia planeja maior irregularidade climática, possivelmente associada ao El Niño, com risco de impactos negativos sobre as operações e estimativas contábeis. Para o exercício seguinte, o cenário, exigindo cautela no início do plantio e acompanhamento das janelas climáticas. Para mitigar esses riscos, a Companhia adotará gestão regionalizada, flexibilidade operacional, escalonamento do plantio, priorização de áreas com melhor retenção de água e uso de tecnologias de monitoramento climático e de umidade do solo. Não há garantia de que condições climáticas futuras, inclusive aquelas associadas a mudanças climáticas de longo prazo, não possam afetar adversamente os resultados operacionais, a posição patrimonial e o fluxo de caixa da Companhia em períodos futuros.

3. Políticas contábeis materiais: As principais políticas contábeis materiais aplicadas na preparação destas demonstrações financeiras estão descritas abaixo. Essas políticas vêm sendo aplicadas de modo consistente em todos os exercícios apresentados, salvo em disposição em contrário. **3.1 Base de preparação:** As demonstrações financeiras individuais e consolidadas foram preparadas de acordo com as Normas Internacionais de Relatório Financeiro ("IFRS"), emitidas pelo Comitê de Normas Internacionais de Contabilidade ("International Accounting Standards Board" - "IASB"), (atualmente denominadas pela Fundação IFRS como "normas contábeis IFRS" (IFRS® Accounting Standards), incluindo as interpretações emitidas pelo IFRS Interpretations Committee (IFRIC® Interpretations) e de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil ("BR GAAP"), que compreendem as normas emanadas da legislação societária brasileira, bem como os Pronunciamentos Contábeis, as Orientações e as Interpretações emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis ("CPC") e aprovadas pela Comissão de Valores Mobiliários ("CVM"). A Administração da Companhia afirma que as demonstrações financeiras individuais e consolidadas foram preparadas de acordo com as normas contábeis aplicáveis, e que correspondem às utilizadas por ela na sua gestão. Em 03 de setembro de 2026, o Conselho de Administração aprovou as demonstrações financeiras e autorizaram sua divulgação. As demonstrações financeiras individuais e consolidadas foram elaboradas com base no custo histórico e no curso normal dos negócios, exceto quando informado de outra forma, conforme descrito no resumo das principais práticas contábeis. A Administração não identifica nenhuma incerteza relevante sobre a capacidade da Companhia de dar continuidade às suas atividades nos próximos 12 meses. A preparação das demonstrações financeiras requer o uso de certas estimativas contábeis críticas. Também exige que a administração exerça seu julgamento no processo de aplicação das práticas contábeis da Companhia. Aquelas áreas que requerem maior nível de julgamento e possuem maior complexidade, bem como as áreas nas quais premissas e estimativas são significativas para as demonstrações financeiras, estão divulgadas na Nota explicativa nº 4. Os dados

não financeiros incluídos nessas demonstrações financeiras, tais como volume de vendas, área total plantada e arrendada, número de fazendas e meio ambiente, não são informações financeiras históricas e, portanto, não foram examinados pelos auditores independentes. **Base de consolidação:** As demonstrações financeiras consolidadas são compostas pelas demonstrações financeiras da Companhia e de suas controladas, em 30 de junho de 2026 e 2025. Abaixo é apresentado o percentual de participação direta e indireta da Companhia nas demais empresas que compõem o grupo.

Controladas (%)	País	30/06/2026	30/06/2025
Imobiliária Jaborandi Ltda.	Brasil	100	100
Imobiliária Cremaq Ltda.	Brasil	100	100
Imobiliária Araucária Ltda.	Brasil	100	100
Imobiliária Mogno Ltda.	Brasil	100	100
Imobiliária Cajueiro Ltda.	Brasil	100	100
Imobiliária Ceibo Ltda.	Brasil	100	100
Imobiliária Flamboyant Ltda.	Brasil	100	100
Agriforma Agro Ltda.	Brasil	100	100
Agriforma Bahia Agropecuária Ltda. (i)	Brasil	100	100
Companhia Agrícola Novo Horizonte (i)	Brasil	100	100
Palmeiras S.A.	Paraguai	100	100
Agropecuária Moroti S.A. (ii)	Paraguai	100	100
Agropecuária Acres Del Sud S.A.	Bolívia	100	100
Ombú Agropecuária S.A.	Bolívia	100	100
Yuchán Agropecuária S.A.	Bolívia	100	100
Yatay Agropecuária S.A. (iii)	Bolívia	-	100

(i) Subsidiárias da Agriforma Agro (controle indireto). (ii) Agropecuária Moroti S.A. foi incorporada pela controlada Palmeiras S.A. assumindo seus ativos e passivos a partir da data de 17 de abril de 2026. (iii) Yatay Agropecuária S.A. foi incorporada pela controlada Yuchán Agropecuária S.A. assumindo seus ativos e passivos a partir da data de 01 de junho de 2026. As controladas são integralmente consolidadas a partir da data de obtenção de controle, sendo consolidadas até a data em que o controle deixar de existir. O investidor controla a investida quando está exposto, ou tem direitos sobre retornos variáveis decorrentes de seu envolvimento com a investida e tem a capacidade de afetar esses retornos por meio de seu poder sobre a investida. As demonstrações financeiras das controladas são elaboradas para o mesmo exercício de divulgação que o da Companhia, utilizando políticas contábeis consistentes. Todos os saldos intragrup, receitas e despesas são eliminados por completo nas demonstrações financeiras consolidadas. Portanto, o conjunto de empresas é denominado como "Grupo BrasilAgro". Com o objetivo de simplificar a estrutura societária e promover maior eficiência na gestão dos negócios, o Grupo realizou duas reorganizações internas no exercício findo em 30 de junho de 2026. A primeira ocorreu em 17 de abril de 2026, com a incorporação

continuação

da Agropecuária Moroti S.A. pela Palmeiras S.A.. A segunda foi aprovada em 11 de maio de 2026, com a incorporação da Yatay Agropecuária S.A. pela Yuchán Agropecuária S.A. a partir da data de 01 de junho de 2026. Por se tratar de combinação de negócios entre entidades sob controle comum, houve adoção da prática contábil dos valores contábeis preexistentes (*predessor accounting method*), em que os ativos e passivos das entidades transferidas são registrados pelos seus valores contábeis históricos (*book values*) existentes antes da transação, sem qualquer remensuração.

4. Estimativas e julgamentos contábeis críticos: As estimativas e os julgamentos contábeis são continuamente avaliados e baseiam-se em experiência histórica e outros fatores, entre os quais expectativas de acontecimentos futuros considerados razoáveis nas circunstâncias atuais. A Companhia faz estimativas para o futuro com base em premissas. Por definição, as estimativas contábeis raramente são iguais aos respectivos resultados reais, mas são tão próximas que não são esperados ajustes relevantes. As estimativas e premissas que possuem maior grau de estimativa estão contempladas abaixo:

a) **Demandas judiciais:** A Companhia é parte em diversos processos judiciais e administrativos, como descrito na Nota explicativa 28. Provisões são constituídas para todas as demandas judiciais referentes a processos judiciais que representam perdas prováveis (obrigação presente, resultante de evento passado e provável saída de recursos que incorporam benefícios econômicos para liquidar a obrigação, com estimativa confiável de valor). A avaliação da probabilidade de perda inclui a opinião dos consultores jurídicos internos e externos. A administração acredita que essas demandas judiciais estão corretamente apresentadas nas demonstrações financeiras.

b) **Ativos biológicos:** O valor justo dos ativos biológicos apresentados no balanço patrimonial (Nota explicativa 10) foi determinado utilizando técnicas de avaliação, incluindo o método de fluxo de caixa descontado e/ou cotação no mercado ativo, quando aplicável. Os dados para esses métodos se baseiam naqueles praticados no mercado, sempre que possível, e quando isso não for viável, determinado nível de julgamento é requerido para estabelecer o valor justo, considerando a subjetividade de algumas premissas que compõe o cálculo de valor para este tipo de ativo. O julgamento inclui considerações sobre os dados como, por exemplo, preço, produtividade, custo de plantio e custo de produção. Mudanças nas premissas sobre esses fatores poderiam afetar o valor justo reconhecidos para ativos biológicos. Em relação ao gado, a Companhia valoriza o seu plantel pelo seu valor justo com base em preços de mercado para a região.

c) **Contas a receber - Recebíveis de venda de fazendas:** A Companhia realiza vendas de fazendas a longo prazo, cujo valor está atrelado ao preço da saca de soja. As vendas são contabilizadas a valor presente e, posteriormente, mensuradas pelo valor justo, em contrapartida ao resultado financeiro. O preço da saca de soja leva em consideração as seguintes premissas: preço da soja CBOT (*Chicago Board of Trade*), *basis*, custos portuários, logística, taxa de câmbio e CDI. A Companhia adotava cotações do *basis* disponíveis em até um ano para parcelas de curto e longo prazo, pois não há valor de referência disponível no longo prazo. A partir do exercício anterior, para as cotações de *basis*, a Administração utilizou a seguinte premissa: as parcelas de curto prazo continuarão sendo atualizadas com base nas cotações disponíveis, enquanto para as parcelas de longo prazo será utilizada a média dos últimos quatro anos. A Companhia acredita que a nova estimativa reflete melhor a liquidez das parcelas de longo prazo.

d) **Contraprestação variável:** Para as vendas que possuem uma obrigação de medição oficial ao longo ou no fim do contrato, a Companhia adota o conceito de contraprestação variável, previsto no CPC 47/IFRS 15 - Receita de contratos com clientes, e não reconhece 2,3% da venda até o momento da medição. Esse percentual, calculado com base no maior desvio histórico acrescido de margem de segurança, representa o risco de reversão proporcional no reconhecimento da venda, caso haja diferença entre a área negociada e a área entregue. A parcela não reconhecida da receita (2,3%) deverá ser contabilizada ao fim do processo.

e) **Propriedades para investimentos:** O valor justo das propriedades para investimento divulgados em notas explicativas das demonstrações financeiras foi obtido através da avaliação das fazendas elaborado pelos especialistas da Companhia. A avaliação foi efetuada por meio de normas praticadas pelo mercado considerando a caracterização, localização, tipo de solo, clima da região, cálculo das benfeitorias, apresentação dos elementos e cálculo de valores de terrenos, que podem sofrer variações relacionadas a essas variáveis. *Metodologia utilizada:* Em 30 de junho de 2026, foi realizada a avaliação das propriedades para investimentos, para a metodologia aplicada foi considerada a análise comparativa ajustada pelas suas respectivas características: (i) O trabalho de avaliação utilizou como base, entre outras, as seguintes informações: (i) Informações históricas, (ii) localização das fazendas, (iii) área total e seus respectivos percentuais de abertura e utilização; (ii) O valor de mercado apresentado para a fazenda corresponde à parcela de terra nua, para pagamento à vista, não incluindo máquinas, equipamentos, implementos agrícolas, culturas. O fator de correção do solo (preparação da terra para plantio) foi considerado na ponderação dos preços; (iii) O valor das terras destinadas à agricultura, na região pesquisada, tem como referência o preço da saca de soja para as unidades brasileiras, e em Dólar por hectare para as unidades no Paraguai e Bolívia. Os valores unitários das fazendas à venda (pesquisas de mercado) foram obtidos em sacas de soja por hectare ou USD por hectare. Sendo assim, o valor em reais (R\$) da propriedade varia diretamente em razão da variação do preço da saca e variação do Dólar.

f) **Imposto de renda diferido:** A Companhia reconhece ativos e passivos diferidos, conforme descrito na Nota explicativa 18, com base nas diferenças entre o valor contábil apresentado nas demonstrações financeiras e a base tributária dos ativos e passivos utilizando as alíquotas em vigor. A Companhia revisa regularmente os impostos diferidos ativos em termos de possibilidade de recuperação, considerando-se o lucro histórico

gerado e o lucro tributável futuro projetado, de acordo com um estudo de viabilidade técnica elaborado pela Companhia.

g) **Arrendamentos:** A Companhia analisa seus contratos de acordo com os requisitos da CPC 06 (R2)/IFRS 16 e reconhece o ativo de direito de uso e o passivo de arrendamento para as operações de arrendamento as quais os contratos se enquadram no escopo da norma. A Companhia avalia fatores econômicos e estratégicos para decidir se irá exercer opções de prorrogação ou evitar a rescisão de contratos de arrendamento. A inclusão de períodos adicionais só ocorre quando há evidências suficientes de que essas decisões refletem a intenção real da Companhia. A Administração da Companhia considera como componente de arrendamento somente o valor mínimo fixo para fins de mensuração do passivo de arrendamento. A mensuração do passivo de arrendamento corresponde ao total de pagamentos futuros de arrendamento e aluguéis, ajustado a valor presente, considerando a taxa nominal de desconto as quais se apresentam dentro de um intervalo de 7,04% a 21,69% (7,04% a 16,76% em 30 de junho de 2025). Nos casos em que os pagamentos são indexados a saca de soja, os pagamentos futuros mínimos são estimados em quantidade de sacas de soja, convertidos para a moeda nacional, utilizando-se a cotação da soja em cada região, na data base da adoção inicial do CPC 06 (R2)/IFRS 16, e ajustados ao preço corrente na data do balanço. Já para os pagamentos indexados ao Consecana, os pagamentos são fixados em toneladas de cana e convertidos para moeda nacional através do Consecana vigente à época. Os pagamentos efetuados em produtos (sacas de soja) são reconhecidos na demonstração de fluxo no grupo operacional.

h) **Mensuração ao valor justo de instrumentos derivativos:** A Companhia está exposta a riscos de mercado, como variações cambiais, de juros e de preços de commodities, e utiliza derivativos para proteção. O valor justo de instrumentos financeiros que não são negociados em mercados ativos é determinado mediante o uso de técnicas de avaliação. O Grupo usa seu julgamento para escolher diversos métodos e definir premissas que se baseiam principalmente nas condições de mercado existentes na data do balanço.

i) **Pagamento baseado em ações:** O Plano ILPA, aprovado em 2 de outubro de 2017, é um programa de remuneração de longo prazo baseado em ações, condicionado à permanência dos participantes na empresa e ao atingimento de indicadores-chave de desempenho (KPIs). O Conselho de Administração tem autonomia para sua implementação, respeitando o limite de 2% das ações da companhia. A valorização da ação AGRO3 é o principal KPI. Caso não atinja o mínimo exigido, não há concessão de ações. Se atingido, o número de ações é ajustado conforme outros KPIs, como rentabilidade operacional, vendas de fazendas e capitalização, além dos dividendos distribuídos.

20. Patrimônio líquido: a) Capital social (em quantidade de ações):

	Número de Ações			
	30/06/2026		30/06/2025	
Cresud	35.138.225	34,2%	35.138.225	34,2%
Charles River Capital	9.651.606	9,4%	9.428.001	9,2%
Elie Horn	6.098.269	5,9%	6.072.969	5,9%
Kopernik	6.993.800	6,8%	-	-
Administradores	1.222.274	1,2%	1.174.774	1,1%
Tesouraria	3.067.987	3,0%	3.067.987	3,0%
Outros	40.511.283	39,5%	47.801.488	46,6%
Total ações do capital integralizado	102.683.444	100%	102.683.444	100%
Total de ações em circulação	63.254.958		63.302.458	

A Companhia está autorizada a aumentar seu capital social, independente da reforma estatutária, até o limite de R\$ 3.000.000, mediante deliberação do Conselho de Administração. Em 30 de junho de 2026, o capital social subscrito e integralizado da Companhia era de R\$ 1.587.988 (R\$ 1.587.988 em 30 de junho de 2025).

b) **Reserva de Capital:** As Reservas de Capital são constituídas de valores recebidos pela companhia e que não transitam pelo Resultado como receitas, por se referirem a valores destinados a reforço de seu capital, sem terem como contrapartidas qualquer esforço da empresa em termos de entrega de bens ou de prestação de serviços. Em 30 de junho de 2026, a reserva de capital da Companhia era de R\$ 6.475 (R\$ 8.193 em 30 de junho de 2025).

Ágio na emissão de ações: A reserva de ágio na emissão de ações foi constituída na aquisição da subsidiária Agrifirma em 27 de janeiro de 2020. A transação foi realizada por meio da transferência de ações e gerou diferença entre o aumento do capital social e o acréscimo do patrimônio líquido, dando origem à reserva. Criou-se a reserva, de natureza contábil, porque o aumento do capital foi calculado com base no patrimônio líquido da Agrifirma Holding (empresa incorporada no processo) em 30 de junho de 2019, enquanto o aumento patrimonial considerou apenas uma das três classes de ações envolvidas no acordo (Ações não restritas). As outras duas classes de ações que compõem o preço foram classificadas no passivo (Nota explicativa 19). O quadro abaixo demonstra a formação da reserva:

	Quantidade de ações	Valor (R\$)
Ações não restritas	4.402.404	97.569
Ações com restrição de venda	812.981	18.018
Ações emitidas na relação de troca inicial/Aumento do capital	5.215.385	115.587
Ações não restritas (relação de troca final)/Aumento patrimonial	4.044.654	82.021
Reserva de ágio na emissão de ações		(33.566)
Transferência (devolução) de ações		35.798
		2.232

Conselho de Administração		
Eduardo S. Elsztain - Presidente do Conselho Alejandro G. Elsztain - Vice-Presidente Saul Zang - Membro do Conselho Matias Gaivronsky - Membro do Conselho Alejandro Gustavo Casaretto - Membro do Conselho Isaac Selim Sutton - Membro Independente do Conselho Isabella Saboya - Membro Independente do Conselho		
Diretoria		
André Guillaumon CEO	Gustavo Javier Lopez CFO e Diretor de Relações com Investidores	Eduardo Marrey Diretor Comercial
Parecer do Comitê de Auditoria		
1. Os membros do Comitê de Auditoria da BrasilAgro - Companhia Brasileira de Propriedades Agrícolas, eleitos em reunião de Conselho de Administração, realizada em 28 de outubro de 2025, com mandato de 2 (dois) anos, no exercício de suas funções e cumprimento às disposições legais e estatutárias, examinaram o Relatório de Administração e as Demonstrações Financeiras Individuais e Consolidadas da Companhia relativas ao exercício social 25/26, findo em 30 de junho de 2026 (“Demonstrações Financeiras de 25/26”). 2. Com base nos exames efetuados, considerando, ainda, o parecer da <i>PricewaterhouseCoopers</i> (“PwC”), emitido nesta data, bem como as informações e esclarecimentos prestados pela Administração, os membros do Comitê de Auditoria concluíram que, referente ao exercício social encerrado em 30 de junho de 2026, (i) as Demonstrações Financeiras Individuais de 25/26 foram elaboradas em conformidade com as práticas contábeis adotadas no Brasil; e (ii) as Demonstrações Financeiras Consolidadas 25/26 foram elaboradas em conformidade com as normas internacionais de relatório financeiro (“IFRS”), emitidas pelo <i>International Accounting Standards Board</i> (“IASB”) e as práticas contábeis adotadas no Brasil; estando todos os seus aspectos relevantes adequados, sendo, portanto, recomendada sua aprovação ao Conselho de Administração para submissão à Assembleia Geral de Acionistas da Companhia, prevista para 21 de outubro de 2026. 3. Sendo o que nos cabia até o presente momento, nossos votos de estima e consideração. São Paulo, 31 de agosto de 2026. Fabiano Nunes Ferrari - Coordenador do Comitê de Auditoria Isaac Selim Sutton - Membro do Comitê de Auditoria Isabella Saboya de Albuquerque - Membro do Comitê de Auditoria		
Parecer do Conselho Fiscal		
1. Os membros do Conselho Fiscal da BrasilAgro - Companhia Brasileira de Propriedades Agrícolas, eleitos na Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária realizada em 22 de outubro de 2025, com mandato de 1 (um) ano, no exercício de suas funções e cumprimento às disposições legais e estatutárias, examinaram o Relatório de Administração e as Demonstrações Financeiras Individuais e Consolidadas da Companhia relativas ao exercício social 2025/2026, findo em 30 de junho de 2026 (“Demonstrações Financeiras de 2025/2026”). 2. Com base nos exames efetuados, considerando, ainda, o parecer da <i>PricewaterhouseCoopers</i> (“PwC”), emitido nesta data, bem como as informações e esclarecimentos prestados pela Administração, os membros do Conselho Fiscal concluíram que, referente ao exercício social encerrado em 30 de junho de 2026, (i) as Demonstrações Financeiras Individuais de 25/26 foram elaboradas em conformidade com as práticas contábeis adotadas no Brasil; e (ii) as Demonstrações Financeiras Consolidadas 2025/2026 foram elaboradas em conformidade com as normas internacionais de relatório financeiro (“IFRS”), emitidas pelo <i>International Accounting Standards Board</i> (“IASB”) e as práticas contábeis adotadas no Brasil; estando todos os seus aspectos relevantes adequados, devendo, portanto, ser encaminhadas à aprovação da Assembleia Geral Ordinária da Companhia, a realizar-se em 21 de outubro de 2026. 3. Sendo o que nos cabia até o presente momento, nossos votos de estima e consideração. São Paulo, 31 de agosto de 2026. Ivan Luisvotto Alexandre - Presidente do Conselho Fiscal Geraldo Affonso Ferreira - Membro do Conselho Fiscal Marcos Paulo Passoni - Membro do Conselho Fiscal		

1. Os membros do Comitê de Auditoria da BrasilAgro - Companhia Brasileira de Propriedades Agrícolas, eleitos em reunião de Conselho de Administração, realizada em 28 de outubro de 2025, com mandato de 2 (dois) anos, no exercício de suas funções e cumprimento às disposições legais e estatutárias, examinaram o Relatório de Administração e as Demonstrações Financeiras Individuais e Consolidadas da Companhia relativas ao exercício social 25/26, findo em 30 de junho de 2026 (“**Demonstrações Financeiras de 25/26**”).

2. Com base nos exames efetuados, considerando, ainda, o parecer da *PricewaterhouseCoopers (“PwC”)*, emitido nesta data, bem como as informações e esclarecimentos prestados pela Administração, os membros do Comitê de Auditoria concluíram que, referente ao exercício social encerrado em 30 de junho de 2026, (i) as Demonstrações Financeiras Individuais de 25/26 foram elaboradas em conformidade com as práticas contábeis adotadas no Brasil; e (ii) as Demonstrações Financeiras Consolidadas 25/26 foram elaboradas em conformidade com as normas internacionais de relatório financeiro (“**IFRS**”), emitidas pelo *International Accounting Standards Board (“IASB”)* e as práticas contábeis adotadas no Brasil; estando todos os seus aspectos relevantes adequados, sendo, portanto, recomendada sua aprovação ao Conselho de Administração para submissão à Assembleia Geral de Acionistas da Companhia, prevista para 21 de outubro de 2026. 3. Sendo o que nos cabia até o presente momento, nossos votos de estima e consideração.

São Paulo, 31 de agosto de 2026.

Fabiano Nunes Ferrari - Coordenador do Comitê de Auditoria
Isaac Selim Sutton - Membro do Comitê de Auditoria
Isabella Saboya de Albuquerque - Membro do Comitê de Auditoria

Ivan Luisotto Alexandre - Presidente do Conselho Fiscal
Geraldo Afonso Ferreira - Membro do Conselho Fiscal
Marcos Paulo Passoni - Membro do Conselho Fiscal

Relatório do Auditor Independente sobre as Demonstrações Financeiras Individuais e Consolidadas

correspondem às culturas de grãos, algodão, cana-de-açúcar e gado e são mensurados ao valor justo menos as despesas de venda, aplicando-se a metodologia de fluxo de caixa descontado. Esse método faz uso de dados e premissas que envolvem julgamento significativo por parte da Companhia com premissas que consideram dados internos e externos, principalmente relacionadas à: (i) área plantada; (ii) produtividade; (iii) quantidade; (iv) preço futuro de mercado ativo; (v) custos de plantio e produção e (vi) taxa de juros para desconto dos fluxos de caixa. Mantivemos este assunto como um dos principais assuntos de auditoria em função dos riscos inerentes à subjetividade de determinadas premissas que requerem o exercício de julgamento pela Companhia e podem ter impacto relevante na determinação do valor justo e, por consequência, na posição patrimonial e no resultado do exercício.

Como o assunto foi conduzido em nossa auditoria: Aspectos relevantes das nossas respostas de auditoria envolveram os seguintes principais procedimentos: (a) Entendimento e testes dos principais controles internos estabelecidos pela Companhia para a mensuração desses ativos. (b) Efetuação de testes da metodologia utilizada no modelo matemático, bem como da consistência das informações e principais premissas utilizadas nas projeções de fluxo de caixa, mediante comparação com indicadores-chave de monitoramento, dados internos da Companhia aprovados pela administração e dados externos públicos relacionados ao setor. (c) Comparação dos dados das avaliações feitas com as expectativas contabilizadas, dentre elas a classificação entre ativos circulante e não circulante, e divulgações, incluindo a descrição dos principais fatores que podem influenciar na determinação e variação do valor justo dos ativos biológicos. Consideramos que os critérios e premissas adotados pela Companhia para determinação do valor justo dos ativos biológicos, bem como as divulgações em notas explicativas, são consistentes com as evidências que obtivemos.

Outros assuntos - Demonstrações do Valor Adicionado: As Demonstrações do Valor Adicionado (DVA), individuais e consolidadas, referentes ao exercício findo em 30 de junho de 2026, elaboradas sob a responsabilidade da administração da Companhia e apresentadas como informação suplementar para fins de normas contábeis internacionais (*IFRS Accounting Standards*), foram submetidas a procedimentos de auditoria executados em conjunto com a auditoria das demonstrações financeiras da Companhia. Para a formação de nossa opinião, avaliamos se essas demonstrações estão conciliadas com as demonstrações financeiras e registros contábeis, conforme aplicável, e se a sua forma e conteúdo estão de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento Técnico CPC 09 - “Demonstração do Valor Adicionado”. Em nossa opinião, essas demonstrações do valor adicionado foram adequadamente elaboradas, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nesse Pronunciamento Técnico e são consistentes em relação às demonstrações financeiras individuais e consolidadas tomadas em conjunto.

Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras individuais e consolidadas e o relatório do auditor: A administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o “*Release de Resultados 4T26*” (“Relatório da Administração”). Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório. Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações financeiras individuais e consolidadas: A administração da Companhia é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e as normas contábeis internacionais (*IFRS Accounting Standards*), emitidas pelo *International Accounting Standards Board (IASB)*, e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia e suas controladas, em seu conjunto, continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia e suas controladas, em seu conjunto, ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidades do auditor

Adicionalmente, o acordo de compra da Agrifirma prevê a possibilidade de reajuste de preço, caso determinadas contingências, identificadas na data da transação, se materializem e causem prejuízos para a Companhia ou para os acionistas vendedores. O contrato garante às partes a possibilidade de liquidar a obrigação em dinheiro ou em ações da Companhia. Para isso, um certo número de ações transacionadas no acordo seguia bloqueadas como garantia. Durante o exercício, o saldo remanescente bloqueado foi baixado pelo término do período de bloqueio e pelos acordos firmados posteriormente que permitiram a liberação antecipada.

Pagamento baseado em ações: As provisões contabilizadas referentes ao Plano ILPA totalizam R\$ 4.300. Já o montante remanescente dos planos encerrados apresenta um saldo de (R\$ 1.976), resultando em um saldo em aberto de R\$ 2.324 em 30 de junho de 2026 (R\$ 1.216 em 30 de junho de 2025) (Nota explicativa 24).

c) **Reservas de lucro: Reserva legal:** Nos termos do artigo 193 da Lei 6.404/76 e artigo 36, alínea (a) do Estatuto Social, 5% (cinco por cento) do lucro líquido da Companhia apurado ao final de cada exercício social, será, obrigatoriamente e antes de qualquer outra destinação, aplicado para a constituição de reserva legal, que não excederá 20% (vinte por cento) do capital social. A Companhia poderá deixar de constituir a reserva legal no exercício social em que o saldo da reserva, acrescido do montante de reservas de capital de que trata o inciso Iº, do artigo 182, da Lei 6.404/76 e do Estatuto Social da Companhia, exceder 30% (trinta por cento) do capital social. A reserva legal tem por fim assegurar a integridade do capital social da Companhia e somente poderá ser utilizada para compensar prejuízo e aumentar o capital.

Reserva de investimento e expansão: Conforme artigo 36, alínea (c), do Estatuto Social e artigo 196 da Lei 6.404/76, a Companhia poderá destinar a parcela remanescente do lucro líquido ajustado do exercício social findo, à reserva para investimento e expansão, com base em orçamento de capital a ser aprovado pela Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária.

d) **Dividendos:** Em 30 de junho de 2026, a Companhia apurou prejuízo líquido do exercício de R\$ 90.009, não havendo, portanto, base de cálculo positiva para constituição de reserva legal (artigo 193 da Lei 6.404/76) ou para pagamento de dividendo obrigatório sobre o lucro do período (artigo 202 da Lei 6.404/76). Nos termos do artigo 189, parágrafo único, da Lei 6.404/76, o prejuízo do exercício foi absorvido pelo saldo da Reserva para Investimento e Expansão, reserva de lucros constituída em exercícios anteriores nos termos do artigo 37, “c”, do Estatuto Social e do artigo 196 da Lei 6.404/76, que passou de R\$ 394.687 para R\$ 304.678, sem necessidade de utilização da reserva legal, cujo saldo permaneceu inalterado em R\$ 105.093. Não obstante o prejuízo do exercício, a administração propôs a distribuição de dividendos aos acionistas no valor de R\$ 30.000, a serem pagos à conta do saldo remanescente da Reserva para Investimento e Expansão. Essa distribuição está amparada pelo artigo 201 da Lei 6.404/76, que permite à companhia pagar dividendos à conta de reserva de lucros existentes. Com isso, a Reserva para Investimento e Expansão, que totalizava R\$ 394.687 em 30 de junho de 2025, foi reduzida (i) em R\$ 90.009 pela absorção do prejuízo do exercício e (ii) em R\$ 30.000 pela proposta de distribuição de dividendos, totalizando R\$ 274.678, conforme demonstrado a seguir:

	30/06/2026	30/06/2025
Lucro líquido (prejuízo) do exercício	(90.009)	138.019
(-) Constituição de reserva legal (5% do lucro líquido)	-	(6.901)
Lucro líquido (prejuízo) ajustado	(90.009)	131.118
(-) Dividendos mínimos obrigatórios - 25% do lucro líquido ajustado	-	(32.780)
(-) Dividendos adicionais propostos	-	(42.220)
Dividendos propostos sobre o lucro	-	(75.000)
(-) Absorção do prejuízo do exercício pela reserva (art. 189, § único)	(90.009)	-
(-) Dividendos propostos à conta da Reserva para Investimento e Expansão (art. 201)	(30.000)	-
Total de dividendos	(30.000)	(75.000)
Constituição (redução) de reserva para investimentos e expansão	(120.009)	56.118
Total ações do capital integralizado (lote de mil)	102.683	102.683
(-) Ações em tesouraria (lote de mil)	(3.068)	(3.068)
(=) Ações em mercado (lote de mil)	99.615	99.615
Dividendo por ação (R\$)	(0,30)	(0,75)

Em razão das novas regras trazidas pela Lei nº 15.270/25, em caso de aprovação dos dividendos propostos os valores atribuídos a acionistas podem estar sujeitos a tributação, inclusive à retenção de imposto de renda na fonte. e) Ajuste de avaliação patrimonial: Em 30 de junho de 2026, os efeitos da variação da taxa de câmbio resultante da conversão das informações financeiras das empresas no exterior, apresentaram o efeito negativo de (R\$ 21.908) (R\$ 7.463 em 30 de junho de 2025), sendo o efeito acumulado de R\$ 89.016 (R\$ 110.924 em 30 de junho de 2025). f) Ações em tesouraria: Nos termos do art. 20, item XII, do Estatuto Social da Companhia, compete ao Conselho de Administração, além de outras atribuições que lhe sejam cometidas por lei ou pelo Estatuto Social, deliberar sobre a aquisição pela Companhia de ações de sua própria emissão, para manutenção em tesouraria e/ou posterior cancelamento ou alienação.

	Quantidade de ações	Valor (R\$)
Ações em tesouraria	3.067.987	43.648
Em 30 de junho de 2025	3.067.987	43.648
Em 30 de junho de 2026		

Conselho Fiscal	
Ivan Luisotto Alexandre - Membro do Conselho	
Luiz Fernando Oliveira Fernandes da Silva - Membro Suplente do Conselho	
Geraldo Afonso Ferreira - Membro do Conselho	
Leonardo de Paiva Rocha - Membro Suplente do Conselho	
Marcos Paulo Passoni - Membro do Conselho	
Ariane Cristina Vilalta - Membro Suplente do Conselho	
Contador	
Marcos Alexandre da Silva Peres	
CRC - 1SP239197/O-5	
Declaração dos Diretores sobre as Demonstrações Financeiras	
Em conformidade às disposições constantes no artigo 31 da Resolução CVM nº 80, de 29 de março de 2022, a Diretoria declara que revisou, discutiu e concordou com as Demonstrações Financeiras da Companhia referentes ao trimestre e ano encerrados em 30 de junho de 2026.	
São Paulo, 03 de setembro de 2026.	
Andre Guillaumon - CEO	
Gustavo Javier Lopez - CFO e Diretor de Relações com Investidores	
Declaração dos Diretores sobre o Relatório do Auditor Independente	
Em conformidade às disposições constantes no artigo 31 da Resolução CVM nº 80, de 29 de março de 2022, a Diretoria declara que revisou, discutiu e concordou com o relatório dos Auditores Independentes sobre as Demonstrações Financeiras da Companhia referentes ao trimestre e ano encerrados em 30 de junho de 2026.	
São Paulo, 03 de setembro de 2026.	
Andre Guillaumon - CEO	
Gustavo Javier Lopez - CFO e Diretor de Relações com Investidores	

Em conformidade às disposições constantes no artigo 31 da Resolução CVM nº 80, de 29 de março de 2022, a Diretoria declara que revisou, discutiu e concordou com as Demonstrações Financeiras da Companhia referentes ao trimestre e ano encerrados em 30 de junho de 2026.

São Paulo, 03 de setembro de 2026.

André Guillaumon - CEO
Gustavo Javier Lopez - CFO e Diretor de Relações com Investidores

Declaração dos Diretores sobre o Relatório do Auditor Independente

Em conformidade às disposições constantes no artigo 31 da Resolução CVM nº 80, de 29 de março de 2022, a Diretoria declara que revisou, discutiu e concordou com o relatório dos Auditores Independentes sobre as Demonstrações Financeiras da Companhia referentes ao trimestre e ano encerrados em 30 de junho de 2026.

São Paulo, 03 de setembro de 2026.

André Guillaumon - CEO
Gustavo Javier Lopez - CFO e Diretor de Relações com Investidores

PricewaterhouseCoopers Auditores Independentes Ltda. - CRC 2SP000160/O-5
Emerson Lima de Macedo - Contador CRC 1BA022047/O-1

As demonstrações financeiras apresentadas a seguir são demonstrações financeiras resumidas e não devem ser consideradas isoladamente para a tomada de decisão. O entendimento da situação financeira e patrimonial da companhia demanda a leitura das demonstrações financeiras completas auditadas, elaboradas na forma da legislação societária e da regulamentação contábil aplicável. As demonstrações financeiras completas auditadas, incluindo o respectivo relatório do auditor independente, estão disponíveis nos seguintes endereços eletrônicos:

a) <https://estadao.ri.estadao.com.br/publicacoes/>; b) <https://ri.brasil-agro.com/>; c) <https://sistemas.cvm.gov.br/>; d) https://www.b3.com.br/pt_br/

TRANSPARÊNCIA

É POSICIONAMENTO

DEMONSTRE SEUS RESULTADOS

ONDE INVESTIDORES E DECISORES

BUSCAM REFERÊNCIA.

ESTADÃO RI

Publicação simultânea na plataforma

de relações com investidores.

CONSULTE NOSSA EQUIPE

COMERCIAL: publicidade.legal@estadao.com

AGÊNCIA ESTADO

broadcast

ESTADÃO